

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA – REVISÃO DA LEI DE PARCELAMENTO, USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

Data: 13 de julho de 2019 – Horário: 9h

Local: EMEF Mercedes Rachid Edwards – São Francisco Xavier

1 **Abertura:** Às 9h15min do dia 13 de julho do ano de 2019, Marcelo Manara, Secretário de
2 Urbanismo e Sustentabilidade deu início à reunião. **MARCELO MANARA:** Bom, vamos lá
3 gente, por favor, podem sentar. Bom dia a todos meu nome é Marcelo Manara, eu sou
4 secretário de urbanismo e sustentabilidade da prefeitura de São José dos Campos, e
5 agradeço muito a presença de todos aqui, acho que o frio dá uma, dá uma segurada no
6 pessoal na cama né será? O importante que estejamos aqui pra cumprir mais uma etapa
7 dessas discussões, que são 12 (doze) audiências públicas pra discussão da nova lei de uso e
8 ocupação do solo, a lei do zoneamento. Agradecer a presença do Sander, o responsável da
9 secretaria de esportes, o vereador José Dimas, o Thiago Silvestre que representa aqui, o
10 deputado Castelo Branco, e todos vocês que estão participando pra essa importante
11 discussão da lei de zoneamento, antes disso é importante lembrar que ainda definido
12 zoneamento, nós temos um, um desafio específico pra São Francisco Xavier, conforme
13 discutidos aqui nas reuniões do plano diretor está sentado no artigo 152 (cento e cinquenta e
14 dois) do novo plano diretor de São José dos Campos, definido pela lei complementar 612
15 (seiscentos e dois) de novembro do ano passado, que assim que definida a lei de
16 parcelamento uso e ocupação do solo, nós vamos, temos um ano pra desenvolver um
17 trabalho específico pra São Francisco Xavier, que é um plano de gestão distrital, foi uma
18 demanda colocada na época Fafá aqui, conselheira do conselho gestor do plano diretor, levou
19 né, com bastante ênfase né, essa reivindicação de que dada a especificidade, dada as
20 condições que se diferenciam de São Francisco, da sede do município, guardada né, todas
21 essas, diferenciação de uma dinâmica de uma comunidade, nós poderíamos tratar, dentro de
22 um plano diretor distrital, pra acomodar temas como educação, saúde, transporte, área rural,
23 os desafios da questão da regularização fundiária, então são temas que eles vão compor
24 esse esforço de discussão, separada a partir do momento em que nós tenhamos a lei de
25 parcelamento, então plano diretor fala que no prazo de um ano contado da revisão da Lei do
26 parcelamento e uso e ocupação do solo, nós vamos então desenvolver esse trabalho para um
27 plano de gestão distrital. Então resgatando um pouco dessa história, dessa trajetória de
28 discussões públicas, na verdade nós estamos a 2 (dois) anos e meio discutindo uso e
29 ocupação do solo, política territorial de São José dos Campos, começamos lá atrás em
30 janeiro 2017 (dois mil e dezesseis) Janeiro a Abril, com as discussão de zoneamento para
31 pacificar uma pendência por conta de uma ação direta de inconstitucionalidade, promovida
32 pelo Ministério Público que acabou acolhida pelo tribunal, resultando nisso que 26 (vinte e
33 seis) grandes glebas em São José dos Campos ficasse desprovida do seu regramento, então
34 eram vazios legais que nós enfrentamos esse desafio pra que São José pudesse ter a
35 plenitude dos zoneamento e destravar aquelas possibilidades de investimentos e projetos de
36 ocupação pra aquelas 26 (vinte e seis) glebas que não tem, nenhuma estava aqui em São
37 Francisco Xavier mas foi uma discussão importante, não fizemos em 6 (seis) audiências
38 públicas 260 (duzentos e sessenta) participantes, em que iniciou essa jornada de discussão
39 do que eu costumo dizer os olhos nos olhos com a população, pra discutir política e gestão
40 territorial. Terminada essa fase já entramos diretamente né, na continuidade daquilo que a
41 gestão passada iniciou em outubro 2.016, pras discussões do novo plano diretor, lembrando
42 que o plano diretor deveria ser concluído em 2.016 (dois mil e dezesseis), mas iniciou no
43 último trimestre, então nós encampamos né, esse grande desafio, então de outubro 2.016
44 (dois mil e dezesseis) a Novembro 2.018 (dois mil e dezoito) legislação, portanto foram aí 2
45 (dois) anos de discussão para o novo plano diretor de São José dos Campos, realizamos 116
46 (cento e dezesseis) reuniões gerais, sendo 54 (cinquenta e quatro) reuniões públicas, entre
47 oficinas e audiências, pra efeito comparativo, São Paulo capital realizou 69 (sessenta e nove)
48 audiências para discussão do seu plano diretor em 2.014 (dois mil e quatorze), então nós
49 fizemos um grande esforço, uma grande jornada de debates e discussões que envolveu o
50 conselho gestor do plano diretor, envolveu conselho de meio ambiente, o CMDU, outros

51 colegiados, e também reuniões setoriais pra completar essa quantidade de discussões,
52 porque isso demonstra o quanto nós caminhamos em termos de debate, transparência,
53 dentro de um processo democrático participativo, porque com o número de 2.500 (dois mil e
54 cinquenta) participantes, uma outra comparação esses os participantes foram presenciais,
55 nós temos também um outro paralelo em 2.016 (dois mil e dezesseis), Campinas discutiram o
56 seu plano diretor com o dobro de população de São José dos Campos, também trouxe 2.500
57 (dois mil e quinhentos) pessoas participando presencialmente das discussões do seu plano
58 diretor, então isso demonstra de uma forma muito clara, que o Joseense ama discutir a
59 política pública de zoneamento territorial do município, então responde a esses grandes
60 chamamentos, 175.000 (cento e setenta e cinco mil) acessos ao site do plano diretor que
61 encontra-se inclusive disponível ainda com acervo de informações básicas, mapas,
62 diagnósticos, de toda a proposta que subsídio o plano, o novo plano diretor, se encontra
63 pronto para, ainda pronto disponível para consulta pra que possa subsidiar inclusive a
64 discussão do zoneamento, porque o plano diretor e ele foi corajoso nesse aspecto, o plano
65 diretor de São José ele já fala, ele já coloca um pé dentro do zoneamento, então é importante
66 pra esse momento. Desculpa, é importante pra esse momento de discussão de zoneamento,
67 que todos tomem dessa fonte do plano diretor, pra compreender melhor o contexto trazido
68 agora no zoneamento, então é importantíssimo que se analise os 2 (dois) documentos, tanto
69 plano diretor definido com seu conjunto de diagnósticos de mapas e todas esses subsídios,
70 pra poder entender melhor o contexto trazido na proposta do zoneamento, e agora entrando
71 já na jornada do zoneamento, foram, agora já somam cerca de 30 (trinta) e poucas reuniões
72 de plenárias e câmaras técnicas dos colegiados, do Conselho Municipal de desenvolvimento
73 urbano, o COMAM, recém criado conselho de mobilidade, então desde, na verdade desde
74 Abril desse ano, é que estamos debruçado ai diretamente na construção da proposta que tá
75 disponível no site e depois a Lívia né, que vai apresentar. As audiências públicas então estão
76 acontecendo, vai até o dia 17 dezessete) agora, então nós temos mais 4 (quatro) audiências
77 públicas, temos mais 4 (quatro) audiências públicas, que a última vai ser no dia 17
78 (dezessete) lá na casa do Idoso centro, e temos até o dia 22 (vinte) pra recepcionar
79 contribuições, então de hoje até o dia 22 (vinte e dois), quem quiser enviar contribuições,
80 protocolos, com críticas, sugestões de melhorias da proposta do zoneamento, tá aberto o
81 período. Então como eu tava falando, nós estamos na 9º (nona) audiência pública, então
82 ainda teremos mais 3 (três), bosque do Ipês, Urbanova e na casa do Idoso centro, terminando
83 a, esse ciclo de discussões públicas. Quero agradecer também a presença do Marquinho o
84 administrador do distrito. Então eu vou ler pra vocês, atendendo ao regimento e ao decreto,
85 pra gente apresentar essa pauta do que vai ser a discussão hoje ta, então aí tá o resumo,
86 mas pra atender a questão regimental eu vou ler o decreto que regra a realização dessa
87 audiência pública. Então decreto 18.175 (dezoito mil cento e setenta e cinco), de 7 (sete) de
88 junho de 2.019 (dois mil e dezenove), regulamenta a realização das audiências públicas e
89 discussão do projeto de lei de parcelamento uso e ocupação do solo no município de São
90 José dos Campos, o prefeito de São José dos Campos, o uso de suas atribuições legais, que
91 lhe são conferidas pelo inciso 9º (nono) do artigo 93 (noventa e três) da Lei Orgânica do
92 Município, 5 (cinco) de Abril de 90 (noventa), considerando o disposto no inciso 5º (quinto) do
93 artigo 16 (dezesseis) da Lei Orgânica do Município, que estabelece a obrigatoriedade de
94 realização de audiência pública no caso de elaboração ou alteração de legislação reguladora
95 do uso e ocupação do solo, considerando o que consta no processo administrativo 71.565
96 (setenta e um quinhentos e setenta e cinco) de 2.019 (dois mil e dezenove), decreta, opa
97 obrigado, fica regulando, [obrigado! Mas no real o que falta mesmo é o óculo [risada]]. Fica
98 artigo 1º (primeiro), fica regulamentada a realização das audiências públicas referentes a
99 discussão do projeto de lei de parcelamento uso e ocupação do solo do município São José
100 dos Campos, por meio dessa decreto. O 2º segundo é considerado audiência pública, reunião
101 agendada pela prefeitura, cuja realização permita participação de qualquer cidadão, tendo
102 como objetivos apresentar as sociedades as propostas do projeto de lei de parcelamento de
103 uso e ocupação do solo no município, e propiciar a participação popular para obtenção de
104 subsídios e contribuições atinentes ao tema. Artigo 3º (terceiro) a convocação e a divulgação
105 da data, horário e locais das audiências públicas, são feitas com no mínimo 15 (quinze) dias

106 de antecedência, em pelo menos 2 (dois) órgãos de imprensa local, e por meio do site oficial
107 da prefeitura WWW.SJC.SP.gov.br. Parágrafo único, as audiências públicas realizadas em
108 locais adequados que dispõe de infraestrutura, facilidade de acesso e segurança. Artigo 4º
109 (quatro) audiência pública, será dividido realizado em 5 (cinco) etapas descritas a seguir, [são
110 essas 5 (cinco) etapas aí resumidas na tela] 1º (primeira) etapa abertura realizada pelo
111 secretário de urbanismo e sustentabilidade, ou seu representante, com duração máxima de 10
112 (dez) minutos. 2º (segunda) etapa, apresentação da proposta do projeto de lei de
113 parcelamento uso e ocupação do solo do município, pelo secretário de urbanismo e
114 sustentabilidade ou seu representante conforme disposto no artigo 2º (segunda) deste
115 decreto, com duração máxima de 40 (quarenta) minutos, hoje será feita pela engenheira Lívia.
116 3º (terceira) etapa, manifestação da população presente com duração máxima de 3 (três)
117 minutos, para cada cidadão, que solicite fazer o uso da palavra. O conjunto total de todas as
118 manifestações, não poderá exceder a 120 (cento e vinte) minutos. 4º (quarta) etapa,
119 comentários por parte dos técnicos município, com duração máxima de 20 (vinte) minutos e
120 fechando, 5º (quinta) etapa, comentários e encerramento pelo secretário de urbanismo
121 sustentabilidade ou seu representante, com duração máxima de 5 (cinco) minutos. Parágrafo
122 1º (primeiro), os cidadãos que quiserem se manifestar de acordo com o disposto no inciso 3º
123 (terceiro) desse artigo, deverão se inscrever durante os primeiros 60 (sessenta) minutos, a
124 contar do o início da audiência, [então desse momento tá ali, lá no fundo naquela mesa quem
125 quiser fazer o uso da palavra pode se inscrever, e ficar aberto essa possibilidade durante 60
126 (sessenta) minutos,1 (uma) hora.] Para manifestação do cidadão será obedecida a ordem de
127 inscrição sendo cada um terá direito apenas uma única manifestação. Parágrafo 3º (terceiro)
128 fica proibido o uso de apitos ou outros instrumentos acústicos e quaisquer manifestações
129 verbais que conturbe as discussões audiência pública. Parágrafo 4º (quarto), fica proibido
130 fixação de cartazes, faixas e similares na parede frontal do palco, assim como os
131 equipamentos de apoio ao evento, sendo disponibilizado todas as paredes laterais aí pra
132 quem quiser fazer uso, e fixar qualquer tipo de manifestação. Artigo 5º (quinto), todas as falas
133 e manifestações ocorridas na audiência pública, serão registrados por escrito e gravadas para
134 futuro acesso, divulgação, e controle público. Artigo 6º (sexto), participantes das audiências
135 públicas e registrar sua presença em lista, ali também a mesa inscrição. Artigo 7º (sétimo),
136 esse decreto entra em vigor na data de sua publicação, São José dos Campos 7 (sete) de
137 junho 2.019 (dois mil e dezenove), assina o Senhor Prefeito Municipal Felício Ramuth eu
138 Marcelo Pereira Manara como secretário de urbanismo e sustentabilidade, e Doutora Melissa
139 Polici da Costa Mendes, secretaria de apoio jurídico. Então já dando início formalmente a
140 essa audiência pública, repito tá aberto ali, em inscrição pra fala, além da inscrição pra fala
141 também a recepção de quais quer documentos que vocês queiram fazer, protocolar hoje,
142 além da data de hoje tem 5 (cinco) dias pra que conste oficialmente, como contribuição desta
143 audiência pública, lembrando que ainda tem mais 3 (três) audiências e até o dia 22 (vinte e
144 dois) que é do dia 17 (dezesete) mais 5 (cinco) dias, então até o dia 22 (vinte e dois) ainda
145 recepcionaremos documentos né, que tragam críticas, comentários e sugestões, pra que
146 conste como documento oficial das audiências públicas, quero agradecer também ao pessoal
147 do IPPLAN, as outras secretarias, a secretaria de educação, a CPAC, guarda municipal que
148 tem dado esse apoio, e também lembrar a todos que essa jornada, a presença do vereador
149 Die, e aproveitando então a chegada do vereador, com o vereador José Dimas, também
150 parabenizar os vereadores e a Câmara Municipal, que estão já através da comissão de
151 planejamento urbano, também abrindo portas pra discussão, recepção de discussões
152 setoriais, que tem contribuído muito pra qualificar a proposta, pra melhoria das propostas,
153 então os vereadores também estão empenhados abrindo, não só a comissão, mas também a
154 participação na Câmara Municipal, nesse momento de colheita das ansiedades e das
155 expectativas de toda a população, pra construção conjunta dessa política pública. Então eu
156 queria passar já pra Lívia, que vai fazer apresentação da parte técnica. **LÍVIA:** Bom, bom dia
157 a todos, queria convidar vocês de repente pra sentar um pouco mais perto, pra poder ler a
158 proposta, a gente tá com um monitor um pouco reduzido, mas espero que dê pra todos
159 visualizarem bem a proposta. Então, tem aqui né, meu nome é Lívia, sou engenheira, assim
160 como meus colegas que estão aqui, Vinícius, Henrique e o Gabriel, a gente fez parte da

161 equipe técnica da SEURBS, coordenada pelo engenheiro Osvaldo, pelo engenheiro Rodolfo,
162 que desenvolveu essa proposta durante 4 (quatro) meses na secretaria. Hoje como a gente
163 está aqui no distrito de São Francisco Xavier, a gente vai dar ênfase ao zoneamento rural
164 primeiro, depois a gente vai passar um pouco então sobre a nossa proposta de uso e
165 ocupação desse zoneamento rural, fala um pouco de regularização fundiária e por último a
166 gente vai falar do zoneamento urbano, mas com foco principalmente então, no núcleo urbano
167 São Francisco Xavier. Então como o Manara já colocou né, a gente, essa é mais uma etapa
168 na construção de uma política, das políticas públicas de ordenamento territorial, então
169 trazendo do plano diretor, do que já foi discutido no plano diretor, um macrozoneamento rural,
170 ele foi estabelecido na prova do plano diretor, a gente já estabeleceu algumas diretrizes pra
171 essa etapa que a gente tá construindo agora, do parcelamento uso e ocupação do solo, então
172 especificamente nesse artigo 67 (sessenta e sete), falava de acordo com os objetivos
173 diretrizes expresso pelo plano diretor para macrozonas, serão consolidados através das
174 seguintes diretrizes; pra área rural então, criar nas áreas rurais um padrão de uso e ocupação
175 do solo compatível com as diretrizes de desenvolvimento econômico sustentável, previstos no
176 macrozoneamento rural, então só pra ficar um pouco mais claro, vamos retomar o que que foi
177 esse macrozoneamento rural, que foi discutido no plano diretor, hoje então a área rural de
178 São Fran[...] de São José dos Campos englobando distrito, obviamente está subdividido em
179 cinco macrozonas né. A primeira é a APA de São Francisco Xavier, que já é uma macrozona
180 bem consolidado, até mesmo pela existência da APA estadual aqui, então ela tem
181 principalmente, esse apelo turístico das atividades culturais, naturais do distrito de São
182 Francisco Xavier, a macrozona de proteção de recursos hídricos, essa grande macrozona em
183 azul, ela tá muito ligada à questão da produção de água, e muito vinculada ao todo o
184 desenvolvimento do plano de desenvolvimento e proteção da Represa do Jaguari, sendo
185 discutida junto com o estado, então a gente entende que, ali é uma área prioritária para a
186 preservação dos recursos hídricos, e importante pra segurança hídrica, não só do município
187 mas de todo estado, próximo à Represa do Jaguari, então a gente tem área macrozona de
188 potencial turístico, que pela primeira vez a gente trouxe as abordagens do desenvolvimento
189 turístico na macrozona perto da Represa Jaguari, mais próximo da zona norte da cidade a
190 macrozona desenvolvimento sustentável, e por fim do outro lado né, que a gente às vezes até
191 esquece que ainda é São José, e que ainda é zona rural, a gente, depois da Carvalho Pinto,
192 uma outra APA né, que o plano diretor colocou essa necessidade de desenvolver todo esse
193 plano de manejo, que é a APA da serra do Jambeiro, tem grande importância pros córregos
194 urbanos que nascem ali. Falando especificamente então de São Francisco Xavier, a lei então
195 dessas macrozonas, a gente já tem uma orientação mais consolidada, que é dada através do
196 zoneamento ecológico-econômico da APA de São Francisco Xavier, então a gente trabalhou,
197 não só com as macrozonas do plano diretor, mais pra APA de São Francisco Xavier, a gente
198 já considerou todas as diretrizes dessas zonas né, então a gente passa a ter uma lei de uso e
199 ocupação do solo, que olha para essas 9 (nove) zonas né, entre macrozonas e zonas em São
200 Francisco Xavier, e aí é interessante notar que o zoneamento de São Francisco Xavier, já fala
201 de área de proteção máxima, áreas de ocupação, de conservação de biodiversidade,
202 conservação de recursos hídricos, e isso foi levado em consideração na hora que a gente
203 classificou quais seriam as atividades permitidas ou não pra essas zonas. Trazendo ainda do
204 plano diretor, o plano diretor trabalhou em cima de áreas de desenvolvimento estratégico, e
205 aqui pra zona rural a gente tem 2 (duas) áreas, zonas estratégicas que área potencial de São
206 Francisco Xavier, e a área da represa, então isso também foi orientador pra gente entender
207 quais são as atividades prioritárias pra serem permitidas nessas áreas, então pra São
208 Francisco Xavier, as diretrizes gerais dessa ADI, tanto o desenvolvimento do turismo de baixo
209 impacto, agricultura familiar, atividades econômicas que estimulem e preserve as culturas
210 tradicionais do distrito, estimular a diversificação de usos na área urbana, então a gente
211 também trouxe nessa leitura de autorização, de permissão de usos, essa diversificação pra
212 permitir o desenvolvimento econômico, voltado pro turismo. E pra área rural
213 especificamente, buscar alternativas mais sustentáveis do desenvolvimento rural daqui. E na
214 área da represa, obviamente a questão do turismo sustentável, tentar disciplinar então uso
215 solo olhando pra essa questão do turismo sustentável, e não deixar que seja descontrolado e

216 tentar compatibilizar as atividades permitidas no macrozona de potencial turístico, então
217 essas foram diretrizes que a gente usou no desenvolvimento da proposta, que eu vou
218 apresentar a seguir, mas tudo isso trazendo, resgatando os dados que foi colocado no plano
219 diretor, obviamente o plano diretor ele é uma política mais ampla e o que a gente tá fazendo
220 aqui, é apenas mais dando mais um passo, a partir da lei de uso e ocupação do solo
221 [23:01:01 vezes distante do microfone “ a lá embaixo, à! Obrigada! ”] Bom, então agora
222 trazendo do plano diretor, especificamente pro uso e ocupação do solo rural é, porque que a
223 gente tá falando de uso e ocupação do solo rural, primeiro porque o parcelamento do solo ela
224 é uma figura urbana, então ela não se aplica pra área rural né, então pra área rural a gente
225 tem sempre que respeitar o módulo mínimo rural, estabelecimentos, estabelecidos pelo
226 INCRA, que é ação de 2 (dois) hectares, de 20.000 (vinte mil) metros quadrados, então a
227 prefeitura não faz parcelamento do solo rural, mas ela determina algumas lei[...] é alguns
228 parâmetros urbanísticos que são importantes, 2 (dois) deles são a taxa de ocupação, e o
229 coeficiente de aproveitamento, então a gente trouxe esse esqueminha aqui! Que vai variar
230 então de acordo com a macrozona né, então vai de 0,3 (zero, três), ou seja, 3% da
231 propriedade a 10% da propriedade em que você pode edificar, então a taxa de ocupação fala,
232 sobre toda essa área, qual é o percentual que você pode edificar, então dependendo da
233 macrozona você tem de “0 a 3” (zero a três) a 10%, e o coeficiente de aproveitamento ta
234 relacionada ao volume de construção, então em uma área que você pode edificar 10% você
235 podendo ter dois pavimentos você tem um coeficiente de aproveitamento de 20%, todo
236 gabarito da área rural ele está limitado a 9 (nove) metros de altura, então todas as edificações
237 da área rural, com exceção de caixas d'água, de silos, galpões de estocagem similares, essa
238 figura também mostra então um pouco do perfil da propriedade rural em São José,
239 considerando as áreas de preservação, e as áreas produtivas de pastagem ou de outras
240 atividades econômicas, ainda também trazendo então, um perfil dessas áreas, a gente tem
241 estabelecido alguns recuos né, alguns estabelecidos pelo código florestal, como os recuos de
242 nascentes, e os recuos de APP de ocupação, então as edificações tem que respeitar, assim
243 como os recuos de estradas, questão de 15 (quinze) metros. Entrando então nos usos a
244 gente então tentou abranger uma grande diversidade de usos, que a gente achava compatível,
245 acredita ser compatível para o desenvolvimento rural de São José, a gente trabalhou em
246 todas essas categorias, a gente trabalha em uma planilha bem extensa, que depois vocês vão
247 apresentar, mas eu vou tentar explicar um pouco pra vocês a lógica dessa classificação,
248 então a gente tem o uso residencial, pesquisa, ecoturismo, turismo rural, produção rural, que
249 engloba toda a parte agrícola, pecuária, civil, cultura, agroindústria focada em apoiar essa
250 produção rural, né complementar né, então sempre casada com a produção rural, a parte de
251 energia que a gente acha que, essas questões de demandas de energia sustentáveis, pode
252 ser uma coisa interessante a ser desenvolvida na área rural de São José, e a parte também
253 de resíduos orgânicos, de incentivo a compostagem, criação de outros mercados pra área
254 rural, então algumas atividades que são atividades de subsistência e atividades de baixo
255 impacto, e que são interessantes, essas atividades elas não têm restrição de localização,
256 então elas, de certa forma são permitidas em todas as macrozonas de zonas do território rural
257 de São José, por outro lado, das atividades de produção rural, a gente sabe que algumas são
258 de baixo impacto como os sistemas agroflorestais, e outras já tem implicações mais de
259 maiores impactos sobre tudo, sobre a proteção dos recursos hídricos, da biodiversidade,
260 então elas tem algumas restrições em, por exemplo, como nas macrozonas mais restritas de
261 São Francisco Xavier, algumas não são permitidas, mas por outro lado, em geral nas outras
262 macrozonas, que tem uso de mais permissivos, elas já podem acontecer, e aí a gente
263 avançou em outras atividades que também não aconteciam, tinham restrições ou tinham
264 dificuldades, e essas então dependendo da categoria e a classificação dela, podem acontecer
265 ou não no território rural, dependendo da característica de cada macrozona ou zona dentro do
266 território rural, então mais ou menos obviamente não dá para ler essa tabela, mas só para
267 vocês entenderem um pouco, aqui a gente tem a APA de São Francisco, e as suas 5 (cinco)
268 zonas, isso é só a parte rural, e as outras macrozonas do território, a taxa de ocupação de
269 cada uma dessas macrozonas e o coeficiente de aproveitamento. E aí a gente tem uma
270 planilha né, uma matriz de “sim” ou “não”, que vai relacionar as atividades de pesquisas,

271 atividades de ecoturismo, em todas elas, serviço de hospedagem, então nas áreas que são
272 de maior preservação, seja de hospedagem não entra, mas depois ela já começa entrar,
273 assim como os comércios e serviços, as atividades então de produção rural, econômicas,
274 foram classificadas, então essa atividade de baixo impacto ambiental e que não tem um
275 problema em relação à conservação da biodiversidade, entram em algumas macrozonas, e
276 nas demais não entram, e assim vai nessa, levando sempre uns preceitos que foram
277 colocados no plano diretor de desenvolvimento, a mesma coisa a parte industrial, então a
278 agroindústria entrando em algumas macrozonas, mas não em todas, a geração de energia
279 também, questão de resíduos, então a gente trabalhou nesse leque de atividades que a gente
280 acha interessante permitir na área rural em São José. Em relação a regularização fundiária,
281 tão trazendo de novo do plano diretor, o mapeamento de imagens dos 160 (cento e
282 sessenta), em cerca de 160 (cento e sessenta) núcleos informais que hoje existem em São
283 José, então especificamente pra São Francisco Xavier, foram mapeados esses 3 (três)
284 núcleos, Ferreiras, Barreiras, e Santa Bárbara. O Ferreiras já foi incorporado a área urbana,
285 pela revisão do perímetro urbano feita no plano diretor, mas ainda vai passar por
286 regularização fundiária, e os demais ainda estão na área rural apesar de terem perfis urbanos
287 no momento dessa regularização, deve virar bolsões urbanos. E aí trazendo o quê que a lei
288 de parcelamento uso e ocupação do solo diz sobre essas áreas né, então esses núcleos, se
289 eles tiverem perfil de interesse social, eles vão adotar parâmetros da ZM5, que é a zona mista
290 5 (cinco) que é uma zona mista do parcelamento do solo urbano, depois a gente vai entrar na
291 questão urbana eu vou explicar um pouquinho melhor, mas de certa maneira o que que isso
292 quer dizer pra regularizar, o lote lá tem que ter no mínimo 125 (cento e vinte e cinco) metros
293 quadrados como atestado de 7 (sete), e os usos que são permitidos essencialmente é uso
294 residencial, comércio e serviço, e se esse núcleo que dependendo de questões perfil
295 socioeconômico desse núcleo for de interesse específico, eles vão adotar o perfil de ZR, que
296 são zonas estritamente residenciais e o lote mínimo então passa seja 250 (duzentos e
297 cinquenta), e a única atividade permitida é atividade residencial unifamiliar. Então trazendo
298 para o zoneamento urbano, então só explicando um pouco a lógica do zoneamento urbano, o
299 zoneamento urbano ele está dividido em centralidades que já foram definidas pelo plano
300 diretor né, então a gente tem na centralidade do centro, a centralidade da Dutra, diversos
301 tipos de centralidade; e as zonas mistas que ficam no entorno da centralidade, as zonas
302 estritamente residenciais e os corredores, praticamente, esses corredores tem a função de
303 permitir usos e desenvolvimento de atividade, que tem dificuldade principalmente se
304 desenvolver dentro dos bairros. E aí trazendo então pra São Francisco Xavier, né, São
305 Francisco então ele tem 3 (três) zonas um corredor na área urbana, de uma forma geral o
306 perímetro urbano do município que jamais consolidado, ele ficou como mais ZM4 que permite
307 a residência unifamiliar, a residência multifamiliar, até 300 (trezentas) unidades, mas aqui a
308 gente tá falando de casas também, porque o gabarito máximo também é de 9 m (nove
309 metros) comércio e serviços de baixa, média Impacto e Indústria de baixo em comodidade,
310 né, que são produções de geleia, as produções de pequeno porte e vão complementar então
311 a desenvolvimento econômico do núcleo urbano. Dado perfil de turismo e desenvolvimento da
312 necessidade de desenvolvimento econômico de São Francisco, a gente tem então uma zona
313 especial de São Francisco Xavier, onde começam a entrar atividades de bares noturnos, casa
314 de eventos de pequeno porte, não uma boate [risada], bares, restaurantes, que são
315 importantes dentro do núcleo que então são permitidos dentro dessa zona específica. Além
316 disso a gente tem um corredor, porque a gente tem a necessidade da instalação de algumas
317 atividades importantes para o município de apoio que tem, além desses bares que podem,
318 poderão ser instalados então na estrada, no corredor principal e o bairro dos Ferreiras
319 Barreiras, que foram incorporados ao perímetro urbano de São Francisco, que passam ZM5
320 né, como foram loteamentos que não nasceram de forma regular, então tem algumas
321 dificuldades de acesso de localização, que é principalmente para o residencial unifamiliar e
322 preço e comércio de apoio a esses bairros, envolvimento destes bairros. Bom a proposta é
323 essa, agora a gente fica aberto então para fala e tirar as dúvidas. **MARCELO MANARA:**
324 Brigado Livia, com isso a gente encerra então a segunda etapa, mas eu queria colocar ainda
325 algumas informações que são importantes, né. Nós estamos discutindo políticas de uso e

326 ocupação do solo, então como eu falei no início nós estamos numa jornada de dois anos e
327 meio, discutindo através da municipalidade, através da prefeitura essas provocações pra
328 zoneamento depois do plano diretor, especificamente aqui para São Francisco, como eu
329 comentei o plano de gestão distrital, plano diretor distrital, mas também tem uma política
330 pública Estadual em curso, que é o, PDPA, do reservatório do Jaguari, que tem uma relação
331 direta com toda a bacia do Rio do Peixe, portanto também uma discussão de política pública
332 de disciplinamento territorial, está acontecendo nesse momento simultaneamente a essas
333 discussões pela prefeitura, pelo município, então eu participo disso né, do GT formado no
334 âmbito do comitê de bacia, que vai definir a nova lei de mananciais . Então, só para
335 esclarecer que nós temos 3 (três) oportunidades de discussão, pelo[...] através, das
336 discussões municipais, mas também sem deixar de tá ligado né, nessa nova lei de
337 mananciais porque também ela vai interferir, ela vai conversar diretamente com os interesses
338 de todos vocês todos os moradores aqui de São Francisco, nesse sentido da lei de
339 Mananciais que em razão da transposição de águas do reservatório do Jaguari para São
340 Paulo, todo esse território 48% do território em São José dos Campos passará a integrar a
341 área de proteção de Mananciais da grande São Paulo, então aí também serão realizadas
342 audiências públicas serão realizadas as conversas mais à frente, mas a ideia é que o
343 cronograma estabelecido que nós tenhamos aí até meio que em paralelo as discussões do
344 plano de gestão distrital nós tenhamos também essa conversa da lei de Mananciais que vai
345 falar sobre política e gestão territorial. Bom, eu não falei a questão do calendário, então tudo
346 isso que a Lívia apresentou resumidamente desde o dia 14 (catorze) de junho, está disponível
347 no site pra que tem aquelas essas planilhas esses mapas que aqui numa apresentação
348 rápida é impossível detalhar né, mas está disponível desde o dia 14 (catorze) de junho, então
349 como eu falei vou repetir, até o dia 22 (vinte e dois) ele está disponível enquanto aberta de
350 colheita, colheita das expectativas e ansiedade da população, de todos aqueles que...
351 [obrigado] de todos aqueles que queiram[...] [tá pulando aqui], se manifestar podem e devem,
352 entrar no site e fazer uma leitura conjunta do plano diretor com a proposta do zoneamento, e
353 por fim uma explicação importante na, com relação a ZM5, que é, que essa zona marrom
354 aqui olha né, como a Lívia explicou, isso aqui, é um advento do plano diretor ao estender, cês
355 se lembram no plano diretor anterior que o núcleo urbano ele ainda pulava o rio aqui né, e
356 agora ele se conse[...] a ampliação dele foi para acomodar essa situação do Ferreiras e
357 Barreira, porque a ZM5 ela carrega além da possibilidade melhor de regularização de núcleos
358 até então clandestinos, ocorre que como um parcelamento que surge de forma clandestino,
359 ele na sua origem ele não reservou áreas para infraestrutura pública para equipamentos
360 públicos, então a proposta da ZM5 é trazer a possibilidade da regularização, mas que nesses
361 vazios que ainda ocorrem aqui nessa região, possa surgir investimentos que ofereçam áreas,
362 para áreas institucionais, área de lazer, para que o município possa chegar com os
363 equipamentos públicos e atender melhoras a população, então núcleo urbano informal no
364 parcelamento clandestino não há reserva de áreas institucionais, não tem como município
365 chegar para construir uma creche, construir uma escola, uma UBS, e a ZM5 é essa nova
366 tipologia de zoneamento previsto na proposta, para que ela possa prover, pra que ela possa
367 oferecer espaços, pra que a cidade fique mais equilibrada em termos de equipamentos
368 públicos, então é importante essa leitura, porque, por isso que ela se diferencia do núcleo
369 urbano já consolidado desde o plano diretor anterior. Bom, colocando esses esclarecimentos
370 adicionais, nós temos duas inscrições para fala um microfone ali primeira fala Caio Queiroz
371 Ferreira e depois falará Fabiano Lima, lembrando quem quiser fazer inscrição fala pode ainda
372 estar aberto lá na mesa ao fundo. **CAIO QUEIROZ FERREIRA:** Só queria fazer os
373 comentários as ZM4 e a ZM5 propostas, precisam ser, precisa prestar atenção, porque elas
374 não atendem as construções já consolidadas na questão dos recursos e a implantação de
375 novos negócios, vai, eu acho que vai gerar um problema aí, com esses zoneamento, a não
376 ser que se que se utilize a mesma legislação lá do centro de São José, que permite que se
377 faça negócio sem obedecer aos recursos previstos nas ZM4, ZM5, queria lembrar também
378 que, embora a ZM5 fale especificamente sobre Barreiro, Ferreiras, que existem outros
379 núcleos urbanos aí que são ser levados em consideração, porque existe uma ocupação
380 irregular em várias outras áreas aí, são 19 núcleos constatados. Eram esses os comentários

381 que eu queria fazer brigado. **MARCELO MANARA:** Obrigado Caio, agora fala Fabiano Lima.
382 Tem mais alguém inscrito? **MARCELO MANARA:** O Caio solicitou um tempo adicional, só
383 para ficar registrado, o Caio Queiróz solicitou o tempo adicional, pois não. **CAIO QUEIRÓZ**
384 **FERREIRA:** Esqueci de cobrá-lo da nossa reunião do dia 5 (cinco) que foi cancelada, porque
385 a gente pode marcar pra Sexta-Feira da semana que vem. **MARCELO MANARA:** [risadas]
386 Tá, depois a gente fecha isso. **CAIO QUEIROZ FERREIRA:** É uma reunião técnica para
387 discutir zoneamento. **MARCELO MANARA:** [risadas] Lógico, tá ok. Fabiano Lima por favor.
388 [Conversas ao fundo]. Por favor, quem quiser fazer o uso da palavra pode se inscrever, que tá
389 aberto sem problema nenhum. **FABIANO LIMA:** Bom dia, eu quero também aproveitar
390 acrescentar aqui, o Caio tava falando, nós temos aí e 19 (dezenove) lucros né, Pocinho,
391 Remédio, Maria Bastião, Lavras, que realmente fosse dado essa atenção, no bairro do
392 Remédio mesmo que é um bairro, que a gente vem aí há quantos anos né discutindo essa
393 regularização, tem até acho que tem morador aqui do bairro do remédio, que realmente
394 secretário que desse atenção, eu cito bairro do remédio, como tem mais 18 (dezoito) núcleos,
395 seria até interessante o senhor como secretário, de repente fazer uma visita técnica né, ir até
396 o local acompanhar os moradores, ouvir os moradores, no próprio bairro, né, estou aí à
397 disposição já tá junto ajudando né, acompanhando. Então queria mesmo registrar, que o
398 senhor já registrasse esse pedido mesmo desses moradores, desses 19 (dezenove) núcleos
399 que nós temos. Porque tá crescendo, tá crescendo, tá crescendo e acabando atingindo os
400 20.000 (vinte e mil) metros, né. Então deixo aqui essa minha fala e agradecer aí também
401 vocês. **MARCELO MANARA:** Lembrando que todas as manifestações estão sendo gravadas,
402 e conforme Artigo 5º (quinto) do decreto, que eu li no começo, elas estão, serão disponíveis
403 para consulta e constarão, por óbvio, como acervo oficial dessas, de todas as audiências
404 públicas. Fala agora na sequência a Fátima Dilbert e depois Sidney Lopes. **FÁTIMA**
405 **DILBERT:** Na verdade[...] É bom dia. Eu queria tirar uma dúvida aqui, que apareceu na, a
406 zona ZM4, onde fala que, lá na mesa, me falaram que é começa ali mais ou menos no portal
407 e vem em torno cidade inteira né, que aparece como permissão de construção multifamiliar,
408 então multifamiliar ele, classifica como condomínios. Não é isso? Eu tô fazendo uma pergunta
409 aqui, que é uma coisa preocupante pra mim, é essa permissão de construções multifamiliar;
410 Isso gera condomínio e gera o que são Francisco não quer para ele. A cidade não vai
411 comportar esse tipo de construção, nós já não temos nem ambulância noturno, vai ter menos
412 ainda, vai vir junto tudo que é de ruim. Então, essa coisa de permissão de condomínio eu sou
413 contra, sempre fui e eu acho que tem que ser revisto esse termo multifamiliar. A outra
414 questão, é sobre, o que eu queria saber a reunião ali, que o, que ele falou né, que se tá tendo
415 alguma coisinha particular, aí eu também queria saber, tendeu? Porque os assuntos a gente
416 tem que resolver aqui! A cidade tem que ter que parar com esse negócio de ter um grupinho,
417 aqui um grupinho ali, um puxa para cá, um puxa para lá e quem que se estrepa é sempre o
418 mesmo. Então, eu acho que as coisas têm que ser resolvidas aqui, o que não for resolvido
419 aqui conversado aqui, não tem valor! Essa é a questão! E eu gostaria que isso constasse
420 porque há muito diz que diz por aí, que a gente nem sabe se é verdade, mas que não é por aí
421 que faz o que ficar decidido, tem que ficar decidido em plenária, não em reuniões particulares
422 de grupos A B ou C. Só isso. **MARCELO MANARA:** Fala agora Sidney Lopes. Tem mais
423 alguém inscrito? **SIDNEY LOPES:** Bom, primeiramente, bom dia ao secretário, ao vereador
424 Die, na primeira oportunidade, parabenizar pelo desenvolvimento dessa nova lei de
425 zoneamento, que é algo que o município já pede algum tempo essa mudança. Afinal de
426 contas já estamos indo, já estamos caminhando pra 10 (dez) anos né, com essa lei e a cidade
427 evoluiu, então a gente precisa andar. Primeiramente aproveitar, e responder a pergunta da
428 colega ali, com relação ao multifamiliar, na situação dum ZM4, é interessante que haja, eu
429 como profissional de engenharia, e tô enveredando por essa área da regularização e
430 construção em área rural, que tenha, porque tem pessoa que ele construiu uma residência e
431 aí cede o espaço pro filho, constrói uma casa no fundo, o que era um lote com uma casa
432 passou a ser duas, então três, mas é a família que tá ali, e pra você regularizar isso daí, você
433 só pode regularizar se tiver previsto na lei, a função do multifamiliar. Agora é claro que vai ter
434 pessoas que vai se vale disso daí, vai comprar um terreno de 1000 (mil) metros e vai construir
435 10 (dez) residências, né, mas aí você tem que olhar pelos dois lados, pela evolução

436 patrimonial, a pessoa que vem para investir e a pessoa que já tá aqui, e não tem condição de
437 regularizar a residência dele, porque não tinha isso na legislação e ela trouxe isso daí como
438 benefício pra quem já tá, e que tem mais de uma casa no mesmo lote. Então, se você olhar
439 dos dois lados vale a pena. E com relação ao ZM5 secretário, como é algo que tá sendo
440 englobado agora na lei, e as pessoas que estão lá, e que já tão, já tem a sua construção,
441 então muita gente já construiu fora do gabarito, da taxa de ocupação, do coeficiente de
442 aproveitamento, gabarito de altura. Se em dado momento já que essas pessoas vão poder
443 regularizar sua residência, de forma a atender a legislação, se em algum momento vai ter um
444 período de anistia pra poder conseguir, pra que essas pessoas consigam regularizar de vez o
445 seu imóvel, né. Porque, a gente andando pelo bairro do Ferreira, pelo barranco lá, você vê
446 que tem casa que não tem, não obedece ao recuo frontal, tá colado na lateral, tá construído
447 no lote menor do que o especificado. Se algum momento vai ter essa possibilidade, de um
448 período de anistia pra esse pessoal que tá sendo englobado na legislação. Obrigado, bom
449 dia. **MARCELO MANARA:** Bom, acho que nós teremos mais inscritos. Então, enquanto isso,
450 vamos já atender aos quatro primeiros manifestantes com algumas devolutivas. Primeiro
451 quero esclarecer que, vou repetir, como está sendo tudo gravado vai ser disponibilizado,
452 todas as contribuições nominalmente elas receberam as devolutivas através do caderno de
453 devolutivas assim como foi feito no plano diretor. Então, se alguém que tenha participado das
454 reuniões do plano diretor e não tenha visto, depois no site entrem lá, porque foi oferecido
455 depois um caderno de devolutivas respondendo nome a nome aquelas considerações, o que
456 foi acolhido, o que não foi acolhido e a justificativa diante da sua contribuição no plano diretor.
457 E aproveitando, só para informar que no cálculo estatístico que foi feito, o índice de
458 acolhimento das contribuições, o plano diretor foi na ordem de 30%, o que é bastante
459 significativo. Então essa estratégia e essa forma de interagir com a população, que vem, né,
460 numa audiência pública fazer esse exercício de cidadania em respeito a isso, nós temos já
461 por praxe, oferecer sempre um caderno de devolutivas, pra que nós tenhamos essa atenção e
462 respeito as contribuições trazidas aqui. Então[...] á já temos aqui os dois nomes. Então,
463 vamos continuar com as as manifestações e na sequência a gente entra na etapa seguinte de
464 devoluções, devolutivas. Fala agora Fabiana Pureza e na sequência Regina Aparecida.
465 **FABIANA PUREZA:** Bom dia. Eu queria fazer uma sugestão, né. Essa questão das zonas,
466 cada uma tem uma especificidade, tem a questão do que o coeficiente de aproveitamento e
467 tudo. Então, não sei se teria como entrar em colocar isso no cartório, né, aqui da cidade,
468 porque quando a pessoa compra ou ela vai construir, ela já sabe ali quais são as regras que
469 ela vai ter que seguir. É do mesmo jeito que você é a verba uma reserva legal. “Ah, meu
470 terreno em tal lugar”, hoje já existe geo-referenciamento é fácil você sabe onde você tá. Aí
471 também é uma questão para você levar em conta quando a gente fala da questão do
472 multifamiliar, né, num terreno de 1000 (mil) metros cê não vai poder te dar as casas, porque a
473 gente tem a questão do coeficiente de aproveitamento também. Então que isso fique mais
474 próximo das pessoas, assim como as regras pra construção, que eu sei que a prefeitura tá
475 fazendo esse trabalho aí junto com algumas pessoas aqui no distrito, pra tentar fazer disso
476 uma coisa mais simples e mais fácil, pra a gente ter menos construções irregulares a gente
477 pensar numa maneira também que essas especificidades fiquem mais simples. Obrigada.
478 **MARCELO MANARA:** Fala agora Regina Aparecida. Só pra registrar a Regina Aparecida,
479 está cedendo o tempo para a Fátima Dilbert e abrindo uma exceção ao estabelecido no
480 decreto, que dá conta de que cada pessoa teria direito a uma inscrição, mas sem problema
481 nenhum, até em razão do número de inscritos nós temos tempo suficiente. Então eu estendo
482 essa possibilidade aos demais, quem quiser se reinscrever fique à vontade que nós temos
483 tempo disponível. **FÁTIMA DILBERT:** Brigada, viu Manara. **MARCELO MANARA:** E é
484 porque é você, viu Fafá. **FÁTIMA DILBERT:** Ah eu sei, eu sabia disso! [Risada]. Ó gente, é
485 só para responder o que ele falou sobre o meu comentário, se o meu vô tem ali 500
486 (quinhentos) metros quadrados e ele quer por mais três casas pros seus filhos, eu num
487 preciso caracterizar como um multifamiliar. O vô vai lá, pega 150 (cento e cinquenta) metros,
488 sei lá que o mínimo permitido, dá pro Zé, dá pro Pedro, faz a divisão. Porquê a gente conhece
489 outro lado das pessoas que precisam mais e não tem como comprar um terreno no
490 loteamento, porque o loteamento se existir não vai ser pro povo comum trabalhador, isso é

491 mais do que sabido, vai ser para gente de fora, gente que tem grana, etc. e tal. Então, é esse
492 perigo que eu sou, eu tomo cuidado. Porque nós já temos tantos problemas, tantos problemas
493 e vamos arrumar mais e principalmente na questão de segurança. Então, essa questão do
494 multifamiliar é que eu bato que não deve existir, não deve existir. Tão, que se faça em outros
495 lugares, outro[...] Estude-se em uma outra posição, mas um multifamiliar nós já temos um
496 problema aqui do lado para acontecer, acontece, num acontece, embarga num embarga
497 dessas 69 (sessenta e nove) casas que tem por aqui. Isso já vai ser um caos para cidade,
498 sabe? Vai vir todo tipo de gente, vai virar uma favela, vai virar uma Ibiúna, isso aqui, São
499 Francisco Xavier. Porque Ibiúna começou assim, aí tiveram tudo que vender, porque não
500 conseguia mais ficar um dia dentro de casa sem ladrão junto. Então, vai virar uma Ibiúna.
501 Então, essa é a questão só que eu quero responder pro rapaz aí, que a gente tem que ir pelo
502 geral, pelo que o máximo de prejuízo que a gente vai ter com uma palavrinha. Essa é a
503 questão só. **MARCELO MANARA:** Temos mais inscritos? Fala o nome aí. [Oi?], Ah é uma
504 reinscrição do Caio. Faz favor Caio, por gentileza. **CAIO QUEIRÓZ FERREIRA:** Já que a
505 Fafá falou, quero fala também. Não quero tomar dores do Sebastião né!?, Sidney, desculpe.
506 Que falou com mais propriedade o que eu queria falar na questão do dos lotes irregulares nas
507 áreas regulares que não atendem o Z4 e o Z5, que precisaria de uma anistia para
508 permanecer. A outra questão que a Fafá colocou, que eu não tinha mencionado, mas nós
509 fizemos um grupo de trabalho pra apresentar sugestão pra lei de zoneamento, onde a gente
510 propunha que a área fosse maior do que a área que de fato foi aprovada e a gente previa
511 espaço para loteamento de baixa renda seja Minha Casa Minha Vida, ou qualquer coisa
512 próxima a isso. Para atender a população de baixa renda, sabendo que esses loteamentos
513 clandestinos ocorrem principalmente porque o pessoal não tem condição de comprar módulos
514 de 20.000 (vinte mil) metros, ou a cidade não permite que tem esse tipo de construção aqui.
515 Como a gente foi, a nossa proposta não foi aceita, esse assunto eu não quis levantar aqui,
516 mas a questão do multifamiliar não é pra atender apenas ricos, é pra atender a população de
517 baixa renda, principalmente pra evitar a ocupação clandestina, irregular e ilegal. Essa era a
518 nossa sugestão à época e que não foi levada adiante. **MARCELO MANARA:** Bom, então não
519 temos mais inscritos. Eu vou começar aqui com algumas devolutivas, depois eu passo pra
520 engenheira Lívia, não sei também se o engenheiro Gabriel vai querer... Arquiteto Gabriel!
521 [Risada], eu falei engenheiro Gabriel ele olhou bravo. Mas vamos lá. Primeiro as
522 manifestações do Caio e do Fabiano com relação aos demais núcleos informais não
523 previstos, não apontados aqui, então quando já da discussão no plano diretor nós
524 esclarecemos que com o advento da 13465/2017 (treze mil quatrocentos e sessenta e cinco
525 de dois mil e dezessete), a possibilidade de regularização dos núcleos urbanos informais já
526 criou a desnecessidade né, não é mais necessário a expansão do tecido Urbano, o perímetro
527 urbano, para acolher essas localidades para que então se fizesse o trabalho de regularização,
528 então a expansão do tecido Urbano ela carrega com sigo questões importantes de
529 infraestrutura e mais do que isso, para que nós possamos expandir o limite né na hipótese de
530 expansão do perímetro urbano para que essas 19 localidades ou a criação dos bolsões
531 urbanos, você tem que ter acento naquela previsão da LDO e também no orçamento
532 plurianual daqueles investimentos em infraestrutura antes que dariam Guarida ao processo de
533 regularização no formato anterior, então como a 13.465 lembrando que ela foi uma lei né, um
534 país continental como nosso ela foi uma lei criada para possibilitar a pacificação de questão
535 fundiária da região, principalmente da região norte do país em que o regime cartorial é muito
536 mais precário na que nas demais regiões ela é uma lei que resultou extremamente permissiva
537 no sentido de facilitar o caminho para regularização fundiária né, então o fato dele não estar
538 apontado aqui é não implica que política pública mãe de ordenamento territorial do município
539 não estaria enxergando esses núcleos informais não é verdade, então eles estão descritos no
540 plano diretor e eles certamente vão, eles estão presentes naquilo que surgirá como plano de
541 regularização fundiária então cada ocupação dessa cada parcelamento informal desse, ele
542 precisa estar ter subsídio de um estudo de um levantamento topográfico de um estudo
543 ambiental e também de um estudo das suas áreas de risco para que ele possa delimitar
544 aquilo que é passível de regularização e o que não é passível de regularização, porque
545 lembrando que moradias em áreas de risco elas não podem ser regularizada em hipótese

546 alguma, assim como nas áreas ambientalmente protegidas por força do diploma legal também
547 são impedidas de regularização então cada núcleo ele tem que receber um aporte de estudo
548 para que demonstra aquilo que é passível ou não de regularizar representam isso está
549 destacado do plano diretor e do zoneamentos, porque política setorial então certamente o
550 detalhamento do plano de regularização fundiária ele deverá surgir no plano de gestão
551 distrital, porque aí sim nominalmente aquelas ocupações existentes né que o número que nós
552 temos e 19 né, mas que três estavam apresentados os outros 16 não se sintam aí
553 desprestigiados eles serão acolhidos na forma de um de um plano de regularização fundiária
554 que deve conversar diretamente com o plano de gestão distrital a ser elaborado também na
555 questão da ZM5 agora da última fala do Caio também é[...] é uma[...] deixa eu mudar a frase!
556 A ZM5 ela tem por finalidade também promover essa melhor infraestrutura para a população
557 de baixa renda né, como os programas minha casa minha vida e também o complementado
558 pelo casa Joseense, então no bolsão que define o ZM5 por que é uma tipologia que ele
559 abraça os núcleos urbanos em regularizados mas ele não se restrinja isso justamente porque
560 ele tem que abraçar uma área maior para que ele possa ter atratividade para que novos
561 investimentos surja ali dentro da distribuição de lotes de 125m(cento e vinte e cinco)metros,
562 mas que de 5% a mais do que é o parcelamento em outras zonas, 5% a mais de áreas
563 institucionais então nas ZM5 empreendimento ele tem que chegar com uma proposta de
564 parcelamento de solo com 10% de área para áreas institucionais para prover aquelas
565 localidades como eu já falei antes que não, que elas foram regularizados mas que elas não
566 têm áreas espaços disponíveis e 2 ou 3? 2% a mais de área de lazer, então nós estamos
567 falando que na ZM5 o parcelamento ele tem que chegar como Proposta com 10% de área
568 institucional e a destinação de 7% de área de lazer para que os equipamentos urbanos
569 possam atender uma região maior a discussão de onde estavam as ZM5 enquanto perímetro
570 ele não é mais uma discussão de zoneamento é uma discussão já pacificada no plano diretor
571 não se altera perímetro urbano daquilo que foi definido no plano diretor, não se altera em
572 zoneamento só na revisão do plano diretor que poderá se discutir uma expansão ou não
573 expansão do perímetro urbano para Fátima a questão do condomínio é uma previsão legal
574 então é melhor que ocorra uma adensamento mais controlados na área mais estruturada do
575 distrito do que vedar uma possibilidade de investimentos nesse modal dentro da área legal
576 infra-estruturada do que fomentar que isso ocorra em áreas, então o exemplo de outros
577 municípios em que não tenha tido devido controle e isso resultou em um prejuízo urbanístico
578 e consequentemente socioambiental, não se aplica essa regra porque é uma regra
579 justamente definida com Amparo na legislação então Condomínio ele tem amparo legal para
580 que ele ocorra, lembrando que quando se fala multifamiliar na zona especial de São
581 Francisco já foi definido no plano diretor que o gabarito é 9m(nove metro) então nós não
582 estamos falando multi família vertical então isso não tem essa hipótese, mas que o arranjo de
583 um modelo, de um partido urbanístico acomodando um condomínio dentro da área legal,
584 obedecendo as regras de recuo, obedecendo as regras urbanísticas e isso é interessante que
585 se que aconteça não só para a população mais rico ou mais pobre, mas que possa surgir aí
586 esse tipo de ordenamento para todas as faixas da população. O questionamento da Fátima
587 sobre as reuniões setoriais, eu quero lembrar assim como eu expliquei no plano diretor, das
588 116(cento e dezesseis) reuniões realizados no plano diretor, nós tivemos 54(cinquenta e
589 quatro) através de grandes plenárias, as demais são estratégias de oitiva da população, nós
590 criamos formalmente dentro da legalidade, dentro de um rito totalmente transparente, e aliás
591 muito eficiente, então nós abrimos portas através dos colegiados, de suas câmaras técnicas,
592 repito, os vereadores abriram esse tipo de interlocução na Câmara de Vereadores na
593 comissão de planejamento Urbano para que nós pudéssemos ter estratégias e capilaridade
594 para poder ouvir a ansiedade e aquelas contribuições dos vários segmentos, então essas
595 reuniões aqui fez referência o Caio vários aqui estão participando já foram duas ou três
596 reuniões o Caio, duas ou três reuniões, inclusive uma delas com a presença do prefeito,
597 fizemos da mesma forma no plano diretor, prefeito esteve aqui lá no salão paroquial
598 discutindo as questões do plano diretor, o Marquinhos também promoveu outras tantas
599 reuniões, então são estratégias de capilaridade porque é impossível nós formatarmos uma
600 trajetória de construção de política pública transparente democrática e principalmente

601 participativa utilizando tão somente de eventos de plenária, então o Fátima são estratégias
602 então isso é só para resumir, isso não deve em hipótese alguma ser confundido com reuniões
603 de conchavo de fechado em quatro paredes, então é completamente diferente disso, são
604 reuniões setoriais segmentos que querem trazer as suas demandas porque também não
605 exercício de cidadania o segmento trouxe os seus planos para discutir a proposta de
606 zoneamento e se extrai um documento e queira apresentar como contribuição no processo
607 isso é legítimo, é isso que nós queremos ver acontecer, seja segmento do representativo do
608 setor produtivo como os demais segmentos, igreja terça-feira da semana que vem eu vou
609 receber os pastores evangélicos que querem trazer as suas demandas específicas para vê a
610 capilaridade das suas igrejas atingir os bairros e de que forma o zoneamento vê isso,
611 estamos vendo o movimento muito interessante, muito legítimo dos músicos através dos
612 Senhores que estão reivindicando seus espaços para exercício da sua atividade profissional,
613 então são exemplos de momentos de colheita em nome de segmentos, mas isso se reveste
614 da mais absoluta legalidade e transparência, e repito de forma alguma deve ser confundido
615 como uma atenção especial ou uma negociação em quatro paredes coisas que a gente não
616 quer ver acontecer né. O Sidney falou da questão das ZM5, bom também ele toca no ponto
617 importante o zoneamento, nós não estamos discutindo Anistia então a Anistia é um oposto ao
618 zoneamento, São José nós tivemos três leis de anistia nos últimos 10(dez) anos e isso resulta
619 em um grave prejuízo ao disciplinamento Urbano, então é lógico, existem situações em que a
620 demanda por Anistia é muito forte mas essa a Anistia ela tem que ser uma exceção, porque a
621 na medida em que ela vira regra é um claro aceno a todos do que, façam de qualquer jeito
622 porque daqui a dois anos tem uma lei de anistia e resolve tudo, então já foi estabelecido isso
623 fala do prefeito de que nessa gestão nós não falaremos de lei de anistia, falaremos sim no
624 ano que vem no esforço complementar a trajetória de modernização e atualização das
625 principais políticas públicas, trataremos a reforma e modernização do código de obras,
626 oportunidade é essa de se falar né de recuse características construtivas e tudo mais para
627 que a gente possa minimizar a recorrência da desconformidade nessas obras, agora um
628 município que a cada 2(dois) anos, 3(três) anos aponta para uma lei da anistia ele tá dizendo
629 para a população que o seu plano diretor e seu zoneamentos é política pública pelo no
630 Mucho, então Anistia nós não falaremos agora no cenário de médio prazo aí, bom, ta, uma
631 explicação também das ZM5 que é importante ZM zona mista o que que nós estamos
632 falando, zona mista isso foi uma contribuição, gostar de agradece a presença do Padre
633 Afonso a ZM5 ela surge nesse zoneamento como uma atenção ao novo modal de Comércio e
634 Serviço de impacto insignificante ou baixo Impacto, que é aquela atividade Empresarial do
635 microempreendedor individual dentro da sua casa um país com cenário de crise de
636 5(cinco),6(seis) anos se arrastando com índices de desemprego que é uma calamidade
637 pública, uma calamidade de uma questão humanitária as pessoas tem no seu esforço pessoal
638 alguma oportunidade de gerar trabalho dentro da sua casa ela tem que ser vista através dos
639 zoneamentos, então outra características da ZM da zona mista, é possibilitar aí sim vocês vão
640 lá e perceba que existe uma tabela de incomodidade que define em regra esses espaços para
641 que nós não tenhamos também você tá na sua casa e o vizinho do lado decide criar uma
642 marcenaria, implantava uma marcenaria e aí corrompe toda aquela questão que o
643 zoneamento tem que privilegiar que a qualidade de vida das pessoas, então isso também tá a
644 segurado, mas foi uma demanda trazida pela sala do empreendedor que também compõem a
645 SEURBS e no exercício de discussão coletiva dentro da equipe da SEURBS, surgiu essa
646 importante oportunidade de se acomodar um novo modal que é um negócio dentro de casa,
647 hoje uma pessoa de shorts e chinelo ela pode no computador exportar milhões para o mundo
648 inteiro né, então essas características de novos modelos de negócio principalmente aquilo
649 que possa promover uma melhoria ou dá uma atenção a esse momento de crise e de grave
650 preocupação humanitária o zoneamento trouxe nessa nova linguagem das ZM, eu já tô
651 falando demais para variar, a sugestão da Bia eu acho importantíssimo porque nós temos que
652 ter proatividade na informação de transformar uma política pública em assunto de cotidiano,
653 do dia a dia, se eu entendi corretamente a sua colocação, então estratégias de massificar o
654 ordenamento territorial melhor trabalhar informação e aquilo que inclusive está no plano de
655 governo do prefeito Felício que a simplificação de nossas regras é importantíssimo para que a

656 pessoa já saiba chegando aqui antes de empreender já saiba a regra do jogo né, então é uma
657 sugestão bastante oportuna para que a gente possa trabalhar essa melhor divulgação,
658 questão do condomínio depois eu vou pedir para os dois falar, já falei da ta, ta, ta, ta, Lívia!
659 **LIVIA:** Bom eu vou só colocar alguns pontos aqui, mas eu acho que o Gabriel que trabalha
660 mais diretamente com essa área vai poder complementar de forma melhor, é o que eu acho
661 importante nessa questão dos núcleos informais e que a lei de zoneamento tá trazendo agora
662 é que ela já tá dando uma regra, então ela já tá colocando claramente para todos esses
663 núcleos informais que ainda não foram regularizados que no momento de sua regularização
664 ele já existe uma regra e seja essa regra para atividade seja essa regra pelo formato né,
665 então questão assim, eu já sei quanto que vai ser o lote desse novo núcleo Urbano que vai
666 surgir quando for regularizado, eu já sei quais são as atividades, já sei quais são os recuo as
667 testadas mínimo para cada tipo de atividade, então isso facilita bastante para vocês já no
668 processo de regularização, então acho que é essa que é, a vamos dizer inovação que essa lei
669 tá trazendo para essa questão dos núcleos informais, mas como o Manara falou, o processo
670 regularização ele não está diretamente vinculado a lei do zoneamento, mas ela já tá ditando
671 essa regra seja para os núcleos de interesse social como de interesse específico, essa
672 questão dos multifamiliares eu acho que São Francisco tem como a gente colocou a área
673 rural ela era rural, então a gente não tem a permissão de loteamento, a gente não tem a
674 permissão de desenhar um tecido Urbano sobre essa área rural, e a gente vê o parcelamento
675 irregular de solo rural acontecendo, então a gente precisa construir alguma solução, construir
676 alguma coisa algum viabilize a ocupação da área urbana de forma mais inteligente mais
677 otimizada, então os condomínios, as corporações são caminho para a estruturação tem todos
678 os parâmetros urbanísticos tem todas as questões de tamanho de área mínima que vão ser
679 colocado, então não é proliferação dessa figura dentro do município, mas sem visibilizarão
680 principalmente para emitir que as pessoas morem dentro da área urbana de São Francisco
681 Xavier, bom e eu acho que a questão da Fátima eu acho que o próprio plantão que o pessoal
682 das obras particulares têm feito é nessa tentativa de traduzir né, a gente tentou trabalhar
683 também em uma planilha de sim ou não de forma mais amigável mas simplificada para não
684 ficar em um texto no corpo de lei e sim acredito que a gente vai conseguir traduzir, quanto
685 mais a gente conseguir traduzir vai ser melhor, vou passar palavra para o Gabriel. **MARCELO**
686 **MANARA:** Antes de passar para o Gabriel, ficou faltando, tá aceito convite viu Fabiano, cadê
687 o Fabiano? Está aceito o convite das visitas coincidentemente tem que ser sexta-feira, não sei
688 porque, e também a reunião que nós agendaremos o Caio, se você me permite, o seu grupo
689 me permitir a gente abre né, porque como a reunião acontecerá aqui São Francisco a gente
690 abre essa discussão sem problema nenhum para nós não tem problema tá bom. **GABRIEL:**
691 Bom dia a todos, o que eu vou falar e mais complementando o que o secretário e a Lívia já
692 comentaram, mas começando pelo senhor Caio que comentou sobre igualar a questão de
693 recuos nas ZM4, ZM5 aqui com o centro de São José já é bem equiparado tá! os recuos já
694 são dispensados para as residências unifamiliares, comércios de impacto de relevante e as
695 indústrias de nível "A" que são aquelas que as vezes nem se percebe que são indústrias, é
696 uma cozinha industrial pequena, uma confecção pequena tal, então nesse ponto já é
697 igualado, a questão do multifamiliar a gente tem que diferenciar em duas coisas, o
698 condomínio ele é uma modalidade que é instituída a partir da lei de incorporação e todo e
699 toda a provação desse RH como o Manara comentou, são residências térreas, mas com
700 gabarito de 9m(nove metros), existe uma cota de terreno necessária para que isso aconteça
701 que é de 140(cento e quarenta) metros por unidade, existem exigências que não deixa que
702 isso se torne uma favela ou um cortiço ta, existências de área de lazer, de área verde, todas
703 essas coisas, deixa eu ver se tinha mais alguma coisa aqui que eu tinha anotado, questão de
704 construções irregulares que são feitas para isso hoje o observa ta aí, e está tendo uma
705 fiscalização com operações, isso junto de prefeitura, Polícia Militar, a Florestal, CETESB e a
706 gente está analisando essas coisas e estamos mandando até demolir em alguns casos, sobre
707 as construções que já existem nas ZM5 hoje, lá no Ferreiras, lembrando que o Ferreiras ele
708 era considerado uma área rural antes e passou a ser Urbana agora, então necessita alguns
709 regramentos e como o Manara disse essa questão de Lei de anistia ela não pode ser
710 discutida senão a gente já tá discutindo a exceção para aquilo que a gente tá propondo para

711 cidade hoje ta, lembrando também a questão de multifamiliares que isso é permitido aqui na
712 cidade de São Francisco e não na zona rural ta, nas ZM4, ZM5 existe um terreno mínimo de
713 250m(duzentos e cinquenta metros) e na zona central de São Francisco a um terreno mínimo
714 de 500m(quinhetos metros), isso a gente tá falando então de uma, duas, três casas,
715 lembrando com a exigência de área de lazer e áreas permeáveis. Falando um pouquinho
716 dessa diferenciação com a zona rural que é proibido o multifamiliar, isso ainda se mantém
717 com aquela cota de 20.000(vinte mil) metros que foi um ganho para pessoal que entrou na
718 zona urbana de agora, que antes para regularizar eles tinham que ter cada um 20.000(vinte
719 mil) a gente sabe que isso não acontecia ta, e aproveitando a oportunidade não foi
720 comentado mas eu trouxe algumas folhas com instruções para aprovação em zona rural que
721 a gente formatou e vão estar no site também para quem tiver interesse, eu acredito que era
722 só isso que eu tinha para somar aí. Oi?(01:22:45 – voz distante do microfone) **MARCELO**
723 **MANARA:** O Sidney eu vou abrir uma exceção devido à disponibilidade de tempo em se
724 tratando de uma audiência pública a questão não entraria para debates, então somente
725 devolutivas mas em razão da disponibilidade de tempo, mas obviamente eu tenho que abrir a
726 todos então se for por uma questão para abrir um debate, se for possível né, ter uma
727 interlocução direta com a pessoa é melhor, mas se quiser pode fazer o uso do microfone para
728 ficar registrado na ata oficial da audiência pública, então eu tô abrindo essa exceção ao
729 Sidney de extensivo a quem quiser fazer o uso da palavra de forma aberta livre mesmo
730 desprovida da inscrição que já se encerrou, então eu só peço que ao virar um microfone que
731 diga o seu nome para que possa ficar registrado, mas eu vou manter os três minutos só para
732 que a gente não fique com discurso. **SIDNEY:** Obrigado, ok, **MARCELO MANARA:** Só eu
733 posso passar do três minutos [rss] **SIDNEY:** de repente o termo que eu usei não foi correto
734 em relação a anistia, eu quis dizer o seguinte esse pessoal que tá lá nos Ferreiras, eles já
735 estavam lá antes dessa mudança da Lei então a lei veio para poder socorrer esse pessoal
736 mas lá você já tem o comércio, você já tem a Serralheria esse pessoal já tá lá, se nesse
737 zoneamento não prevê a situação deles que já se encontra lá fica difícil eles nunca vão
738 conseguir regularizar aquele móvel, então sei lá era uma ferramenta, um remédio para poder
739 socorrer quem já está lá e quem não tinha um zoneamento específico para aquilo é diferente
740 de uma ZUK4 que era aqui hoje continua sendo uma zona, não mudou nada, pelo contrário
741 acrescentou acho que benefício o zoneamento só que lá não tinha, passou a existir e essas
742 pessoas já estão lá se tem condição de algum remédio, breve alguma coisa na legislação
743 para socorrer quem já tá lá e de repente não se enquadra na legislação atual não é abrir uma
744 anistia generalizada é específico para quem não tinha o zoneamento, obrigado. **GABRIEL:**
745 Eu entendi a colocação, mas daí eu vou pedir que entenda isso, em uma esfera toda
746 Municipal abrir uma exceção para alguns isso abre uma esfera de abrir uma exceção para
747 todos então a gente já trouxe isso no plano diretor de trazer essa ocupação para a zona
748 urbana para poder ajudar, mas existe uma coordenação territorial então a gente precisa criar
749 e utilizar os critérios para aplicar então claro, a gente tem consciência de que alguns podem
750 ter algumas dificuldades, uma ocupação de recuo, ou alguma coisa maior falta de vaga,
751 alguma coisa assim que são coordenadas pela 4-2-8(quatro-dois-oito), pela 2-6-7(dois-meia-
752 sete) que são zoneamento atual código de obras atual DGT atual que podem trazer alguma
753 dificuldade de aprovação, mas daí que eu peço para entender que isso é um estudo sobre
754 todo uma cidade e não pode ser visto somente nesse pontual de um bairro recém entrado na
755 zona urbana. **MARCELO MANARA:** E o importante também é assim dentro de uma
756 dinâmica de regularização existirão aqueles que de forma alguma consegue regularizar, seja
757 pelo código de obras ou exclusivamente através de uma Lei de anistia se a pessoa não
758 obedecer o recuo ou tem um ambiente construído de forma irregular o código de obras né já
759 define quais são as possibilidades e restrições e impedimentos na verdade e também a
760 posição, a situação de determinada atividade se for a atividade que causa a alta
761 incomodidade, em termos de atividade industrial dentro de uma zona residencial ela também
762 praticamente é impossível de se regularizar, então a gente não tem que temer e falar o
763 seguinte, que tem aqueles que impossível de regularizar por vários não só a questão do
764 zoneamento, como eu disse aqui em termos de regularização de núcleos urbanos informais
765 existem moradias que estão em área de risco, não tem negociação existe moradias que estão

766 em áreas ambientalmente protegidas que vedam qualquer tipo de regularização e também
767 numa discussão de zoneamento quando você defini um território como o território Urbano
768 passa vigir ali aquelas regras de território Urbano então tem um ou tem outro que ou uma
769 atividade ou outra atividade, então assim, não há receio nenhum e falar que o propósito é se
770 buscar regularizar da garantia para que a pessoa Dona Maria, o seu Zé ou o seu João possa
771 dormir em paz né, agora o não também é uma resposta importante para o bom andamento
772 territorial da cidade para que a zonas residenciais não percam qualidade de vida porque
773 senão também vai flexibilizando, flexibilizando, flexibilizando se perde a essência do conceito
774 né, então isso fica muito evidente nessa discussão do zoneamento a hora que você discutir o
775 que define uma ZR que é uma zona Residencial e o que é uma zona mista, então tem bairros
776 em São José que estão em pé de guerra né, tem gente que fala “eu quero exclusivamente
777 zona residencial” tem até eu vou falar uma aqui que como falou no microfone eu posso falar,
778 teve uma das audiências públicas que falaram o seguinte “nós não queremos Bar,
779 Restaurante, não queremos em hipótese alguma quem gosta disso é São Francisco Xavier
780 leva tudo para lá”, mas tá joia gente, então encerrando a quarta etapa que é as devolutivas só
781 quero agradecer já entrando na quinta etapa que é o encerramento, lembrando que tem a
782 mesa dos técnicos lá se quiser depois também e protocolo de documentos ali né, então pode
783 continuar ali conversas e tal para efeito só de encerrar o ato formal de encerramento quero
784 agradecer muito a presença aqui dos vereadores, do padre, dos representantes aqui do poder
785 político local, também os segmentos aqui representados, a população, lembrar que nós temos
786 mais três audiências públicas então estão todos convidados a participar desse restante aí da
787 jornada de discussões públicas, lembrar que até o dia 22 ainda podemos recepcionar
788 documentos então podem reunir o seu grupo de amigos, reunião na igreja, no clube enfim, em
789 qualquer lugar para fazer uma leitura do zoneamento, extrair algum documento levar a
790 manifestação nas audiências públicas, então o documento tá lá disponível como o projeto
791 básico, como proposta básica, uma coisa que eu tenho assegurado em todas as audiências
792 públicas, a equipe que está coordenando esses trabalhos têm duas premissas fundamentais,
793 a primeira delas no projeto a proposta base que nós protocolamos no dia 14 de junho que
794 está disponível no site não é filho, porque filho a gente não deixa que critique, então podem
795 criticar, podem apresentar melhorias, uma proposta base certamente essa proposta base não
796 será aqui no dia primeiro de agosto quero crer que a gente entregue na mão dos vereadores
797 para o trânsito na Câmara dos Vereadores, então a proposta base tá lá para isso, é a
798 segunda coisa que nós trazemos esse equipamento aqui nas audiências públicas né que é o
799 ouvir audiência pública vem do Aldir de ouvir, zoneamento carrega uma fórmula muito
800 importante que é ansiedade das pessoas porque fala diretamente da sua rua, do seu bairro, e
801 também é dessa emoção que eu fiz referência aqui que o Joseense esse adora discutir, ama
802 discutir, sobre sua cidade então tragam essas ansiedades é um momento de grande colheita,
803 então nesse momento ainda temos uma reta final até o dia 22 de julho, então nós abrimos
804 essa grande colheita desde o dia 14 de junho até o dia 22 de julho e ainda depois vai ter o
805 trânsito lá com os vereadores e enfim, pretendemos aí quem sabe em setembro ter o novo
806 zoneamento, então quero agradecer muito a presença de todos a contribuição e espero vê-los
807 nas outras reuniões aí da audiência pública, obrigado, a padre quer falar alguma coisa, pode
808 falar no microfone, o padre pode dar cinco minutos viu padre, 3(três) minutos técnicos 2(dois)
809 minutos... **PADRE AFONSO:** Não é rapidinho porque final de semana o padre fala muito, eu
810 queria saber se as emendas populares né, pode ser entregue até quando? **MARCELO**
811 **MANARA:** Até o dia 22 protocolado formalmente 22 de julho, nas audiências públicas de
812 segunda, terça e quarta aberto a manifestação de 3 minutos quiser fazer a manifestação oral.
813 **PADRE AFONSO:** Obrigado! **MARCELO MANARA:** Obrigado gente, bom final de semana,
814 lembrando tem os eventos do avoando aqui no casarão, palestras de hoje à tarde tá bem
815 legal aproveito para convidar a todos e a festa junina hoje Marquinhos? Hoje a noite festa
816 junina.